



Óleo s/tela de Ferdinand Krumholz,
c. 1860, retratando o Alte Luiz da Cunha

A história da formação da Marinha do Brasil se entrelaçou com o próprio processo de formação do País, tendo lhe servido de crucial apoio. Muitos se dedicaram à consolidação da Independência. Alguns precursores figuram no Panteão da História. Mas há os que, de símile importância, acabaram ofuscados em razão da menor profusão de registros. Neste grupo se insere o Almirante Luiz da Cunha Moreira, primeiro brasileiro nato Ministro da Marinha. Como se verá, destaca-se sua participação em históricos conflitos e principalmente no processo magno de nossa Pátria, em que se realça sua dedicação na constituição da Esquadra, alçando-o a vulto naval e prócer da Independência.



Almirante Luiz da Cunha Moreira Visconde de Cabo Frio

Mário Roberto de Souza Lima *

Este artigo é uma síntese do trabalho produzido pelo vencedor do Concurso Marquês de Tamandaré 2023. A versão completa está disponível na Biblioteca do Clube Naval.

FORMAÇÃO DO OFICIAL LUIZ DA CUNHA MOREIRA E DO PROCESSO DE INDEPENDÊNCIA

Em 1º de outubro de 1777, nasceu em Salvador - BA, Luiz da Cunha Moreira. Com mãe brasileira, herdou o mesmo nome do pai português (tradição familiar), comandante de mercantes para a Índia e Brasil. Em 1784 se mudariam para Lisboa.

Em 1795, Cunha Moreira entrou na Academia Real da Marinha. Enquanto adquiria formação, a Revolução Francesa efervescia, levando ao ocaso o absolutismo europeu. Finda a Academia, em 1798, o Guarda-Marinha teve o primeiro embarque, no Brigue “Gavião”. O segundo foi na Fragata “Vênus”, da qual desembarcaria em Belém - PA, como Segundo-Tenente, para o seu primeiro comando, em 1799, da Charrua “São João Magnânimo”, com a missão de levá-la a Lisboa, o que cumpriria com zelo. Depois, embarcaria na Nau “Medusa”.

No Rio de Janeiro, Cunha Moreira foi servir em 1802 no Cúter “D. Rodrigo de Souza”, que capturaria uma escuna dos Estados Unidos da América (EUA) em comércio ilícito no litoral paulista. Depois comandaria o cúter. E voltaria

à Nau “Medusa”. Em Lisboa, já Primeiro-Tenente, serviu na Fragata “São João do Príncipe”. Foi designado como Ajudante de Ordens do Conde dos Arcos, D. Marcos de Noronha (nomeado Capitão-Geral do Pará). De volta a Lisboa em 1807, embarcou na Nau “Príncipe Real”, como ajudante do Major General da Armada.

Em boa parte da Europa, Napoleão estabeleceu “bloqueio continental” contra a Inglaterra. Por razões econômicas, Portugal, não podendo romper com os britânicos, não aderiu ao bloqueio, ato crucial para que Napoleão ordenasse sua invasão.

Escortada por navios ingleses, a Corte lusa iniciaria a inédita mudança da sede. Cunha Moreira acompanharia o traslado da família real a bordo da Nau “Príncipe Real”, Capitânia da Esquadra. Em janeiro de 1808, chegariam à Bahia, onde D. João abriria os portos às nações estrangeiras. Em março, aportavam no Rio de Janeiro.

D. João ordenou a invasão da Guiana Francesa. Com a missão de tomar Caiena, partiram o Brigue “Infante D. Pedro” (Capitão-Tenente Cunha Moreira como Comandante), a Corveta britânica “Confiance” e o Brigue “Voador”. Chegariam em dezembro ao Rio Aproz, onde Cunha Moreira, à testa de dezoito luso-brasileiros, ordenou desembarque contra o inimigo. Empenhou-se com tal denodo nos embates que foi ferido na cabeça por golpe de sabre, o que lhe rendeu uma cicatriz. Fortes e locais foram tomados até Caiena. A rendição se deu em janeiro de 1809. O brigue de Cunha Moreira escoltou galeras com prisioneiros para França. Por sua atuação, seria promovido a Capitão de Fragata e agraciado Cavaleiro da Real Ordem da Torre e Espada. A primeira medalha militar brasileira de caráter comemorativo foi confeccionada para registro do marco histórico.

Após passar pelo Brigue “Gaiivota”, Cunha Moreira foi designado para Lisboa, em 1815, às ordens do Chefe de Divisão Rodrigo Lobo. Como o navio em que partiu do Rio quebrou, embarcou em um mercante, às próprias custas, para completar viagem.

Foi nomeado para a Nau “Vasco da Gama”, integrante da expedição do General Lecor, cuja missão era tomar a Cisplatina. Chegando a Maldonado, voluntariou-se para ir sondar a distribuição dos inimigos, e o fez duas vezes, o que garantiria o efetivo bloqueio do porto. Distinguiu-se ainda à frente de quarenta marujos na tomada do local.



Medalha comemorativa da Tomada de Caiena

Legenda do busto: D. Juan Princip. Regente de Portugal P. 1809. Data do anverso: 14-1-1809.

Acervo do Museu do Dinheiro – Lisboa, Portugal

Na Revolução Pernambucana, no comando da Fragata “Thetis”, ajudaria no bloqueio de Recife, sendo o primeiro oficial a desembarcar, reunindo homens para guarnecer os fortes e sinalizar para o desembarque seguro da Esquadra.

Em Portugal, um grupo de liberais, com tropas, iniciou a Revolução do Porto em 1820, substituindo a regência por um regime constitucional. D. João retornou a Lisboa, para não perder o trono, em abril de 1821. Seu filho, D. Pedro, ficou. As Cortes lusas exigiriam também o retorno de D. Pedro que, no Brasil, enfrentava focos de revolta e a pressão dos que não queriam a volta da subordinação a Portugal. Em 9 de janeiro de 1822, D. Pedro confirmaria que ficaria no Brasil. Nascia o “Dia do Fico”.

A INDEPENDÊNCIA DO BRASIL E A CONSTITUIÇÃO DE SUA MARINHA IMPERIAL

As campanhas em áreas longínquas e costeiras, como a invasão da Guiana Francesa, a ocupação da Banda Oriental e o combate às revoltas (como a Revolução Pernambucana), mostraram a importância de se dispor de uma Marinha forte.

A mando de Lisboa, tropas do Coronel Madeira de Melo agiam violentamente na Bahia. D. Pedro determinou que uma divisão, sob ordens do Chefe de Divisão Rodrigo de Lamare, bloqueasse Salvador e levasse tropas, sob comando do General Pedro Labatut. A comissão partiu do Rio em julho de 1822, com a Fragata “União”, o Brigue “Reino Unido” e as Corvetas “Liberal”

e “Maria da Glória” (esta sob comando do então Capitão de Mar e Guerra Cunha Moreira). Chegando a Salvador, um navio português pediu contato pacífico. Cunha Moreira determinou que sua corveta evitasse aproximação, o que a salvou de emboscada. No entanto, na frota de Lamare havia partidários de Lisboa. E alguns oficiais de Labatut se insubordinavam. Em face dos problemas, a frota foi para Pernambuco. O imediato de Cunha Moreira confidenciou a outros oficiais que ouvira que as vidas dos oficiais da “Maria da Glória” haviam estado em risco na Bahia por conspiração da guarnição. Rumores assolavam a expedição. A Esquadra partiu para o Rio. Houve tentativas de motim na “União” e na “Liberal”. Após chegarem ao Rio, Cunha Moreira solicitou ao Ministro da Marinha a instauração de inquérito, insatisfeito com o proceder de seu imediato e de outros oficiais que lhe ocultaram fatos e suposições. Altamente conceituado, Cunha Moreira receberia o comando da Fragata “Real Carolina”.

Em 7 de setembro de 1822, D. Pedro, por força de ordens vindas de Portugal que exigiam seu retorno, ameaçavam envio de tropas e queriam total submissão do Brasil, declarou a Independência, dando o “Grito do Ipiranga”. E logo criaria a Armada Nacional, para proteger as vias navegáveis de interesse do Império e evitar emancipações ou domínios de Portugal no território. Foi criado o Gabinete de Ministros, estando à frente Bonifácio, Ministro do Interior e dos Negócios Estrangeiros.

Em 28 de outubro de 1822, o Capitão de Mar e Guerra Luiz da Cunha Moreira foi nomeado Ministro da Secretaria de Estado dos Negócios da Marinha, primeiro brasileiro nato a ocupar tal cargo, a quem caberia a desafiadora tarefa de montar a estrutura logística para as operações navais pela soberania brasileira.

Ex-“Martim de Freitas”, uma das belonaves que pertenciam à Marinha portuguesa que foram incorporadas e reparadas pelo Arsenal de Marinha da Corte. Fez parte da Esquadra que trouxe a família real para o Brasil em 1808.

Óleo sobre tela de Eduardo de Martino.

Fonte: Diretoria do Patrimônio Histórico e Documentação da Marinha

O Pavilhão Nacional tremularia pela primeira vez em um navio de guerra brasileiro, na Nau “Martim de Freitas” (rebatizada “D. Pedro I”), primeiro Capitânia, em 10 de novembro de 1822 – nascia a Esquadra. Só atuando eficientemente no mar o Brasil garantiria a independência, expulsando inimigos e evitando o retorno ao jugo de Portugal. Se a atuação da Marinha não tivesse sido exitosa, não haveria o imenso País de hoje, com toda sua diversidade e riqueza cultural, econômica e ecológica.

ATUAÇÃO DO MINISTRO DA MARINHA NA FORMAÇÃO DA ESQUADRA BRASILEIRA

Além do receio de uso de portugueses contra seus compatriotas, o total de homens do mar era insuficiente para os navios incorporados à Marinha Imperial. Então, contrataram-se estrangeiros, postos à disposição do recém-contratado Almirante Lord Cochrane. As origens das tripulações eram variadas.

Outro déficit era o de meios prontos. Quase todos os navios tomados de Portugal careciam de reparos. Os arsenais estavam em situação crítica. Ombreado a Bonifácio, Cunha Moreira não descansaria para compor a estrutura naval de guerra que o País demandava, envidando esforços para organizar e apoiar as forças navais enviadas aos locais ainda sob dominação lusa. Levantou os custos para reparos e aquisições. Como não havia recursos, recorreu-se a uma subscrição nacional.





Medalha de comemoração dos 200 anos de nascimento do 1º Visconde de Cabo Frio

Fonte: <https://clubedamedalha.com.br/medalha-br>.

Em março de 1823, D. Pedro novamente mandou bloquear Salvador. Houve vários combates entre a Esquadra Brasileira e a portuguesa, sendo crucial o apoio logístico vindo do Rio, coordenado pelo Ministro Cunha Moreira, recém-ordenado Cavaleiro da Casa Imperial. Em julho, os insurgentes começariam a fugir para a Europa. A Esquadra Brasileira os perseguiria e apresaria dois terços dos navios fugitivos.

Navios da Esquadra também conseguiriam a rendição de revoltosos no Maranhão, Pará, Pernambuco e Província Cisplatina. Em outubro, Cunha Moreira seria elevado a chefe de divisão. E nomeado Oficial da Ordem do Cruzeiro do Sul.

Em função de desavenças com o Imperador, este dissolveria a Assembleia em novembro.

Cunha Moreira, tal qual José Bonifácio, negou-se a subscrever o decreto que expungia a Assembleia. Foi demitido do cargo de ministro, mas depois foi nomeado vogal do Conselho Supremo Militar e de Justiça, enaltecendo-se o préstimo, o zelo e a atividade com os quais se distinguira nas diversas funções.

Em 1827, já como chefe de esquadra e Conselheiro de Estado, Cunha Moreira foi nomeado Inspetor do Arsenal, cabendo-lhe verificar o uso dos materiais comprados e atuar como diretor de serviços. Em 1828, assumiu o comando da Companhia de Guardas-Marinha e a direção da Academia Nacional e Imperial de Guardas-Marinha (futura Escola Naval). Após o comando (1829), seria nomeado Intendente de Marinha, um diretor de finanças da Armada. Em 1831 foi nomeado presidente da Província do Pará, mas recusou, pois seu pendor era mais militar. Voltaria às funções anteriores.

Foi elevado a Vice-Almirante em 1839. Em 1844 seria agraciado Cavaleiro da Imperial Ordem da Rosa. Em 1849, reformado como Almirante, continuaria no Conselho de Guerra. Em 1854, receberia a grã-cruz da Ordem de São Bento de Avis.

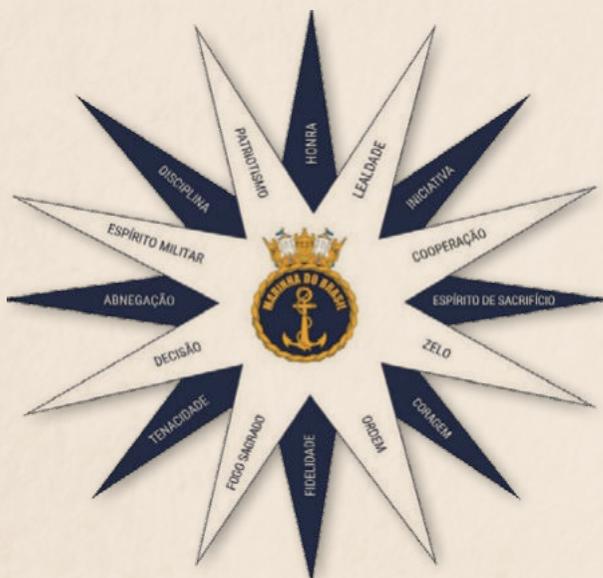
Reconhecido pela longeva dedicação, em décadas de serviços prestados à Pátria, receberia de D. Pedro II o título de Visconde de Cabo Frio, em junho de 1858.

Enquanto o Império do Brasil mantinha seu foco na Guerra do Paraguai, em 28 de agosto de 1865, faleceria no Rio de Janeiro o Almirante Cunha Moreira.

LIÇÕES APRENDIDAS PARA A MARINHA DO BRASIL DO SÉCULO 21

Um militar deve ser referência moral. A profícua carreira de Cunha Moreira apresenta um rol de valores e condutas a ser cultuado e copiado. Em que pesem as diferenças entre a Marinha de outrora e a de hoje, podemos nos debruçar sobre o seu legado, colhendo lições para Força Naval usando a Rosa das Virtudes, que representa os valores intangíveis (destacados a seguir) da instituição.

A **HONRA** congrega valores e nos leva à prática da justiça e da moral. Cunha Moreira em várias ocasiões a manifestou, como ao se negar a subscrever a abolição da Assembleia. Mostrou **CORAGEM** arriscando a própria vida pela causa nobre que defendia na Tomada de Caiena



e durante o bloqueio de Recife, quando foi o primeiro oficial a desembarcar. A **LEALDADE** e a **INICIATIVA** do oficial brilharam quando pôs-se à vanguarda no desembarque em Recife e à frente da guarnição em Maldonado, esforços em prol da causa comum, que evidenciam **COOPERAÇÃO**. Munido da crença na comunhão de esforços, apresentou também **ESPÍRITO MILITAR** realizando duas vezes o levantamento da localização inimiga, garantindo o bloqueio efetivo que se realizou. Expressou seu **ESPÍRITO DE SACRIFÍCIO** em distintas ocasiões, como na bravura na Tomada de Caiena ou quando foi às próprias custas para Lisboa. Mostrou **ZELO** em seu primeiro comando, ao levar seu navio para Lisboa, e como ministro, ao usar com eficiência os recursos para estruturar a Marinha. Na contenção da Revolução Pernambucana, ao reunir militares que guarneceriam as fortalezas, o fez em resoluta **ORDEM**, para que sucedessem sinais para o desembarque seguro da Esquadra. Antes mesmo de retornar ao Brasil com a família real, embarcaria na Nau “Príncipe Real” em razão de sua **FIDELIDADE**. E muitas vezes provaria sua honestidade, agindo a favor do bem, fiel ao serviço, não negligenciando suas obrigações. A tarefa hercúlea de aprestamento dos meios e estruturação de uma Esquadra efetiva consolidou-se como uma das realizações mais importantes de um brasileiro, o que se deve em grande parte à sua **TENACIDADE**, por dedicar-se com amor ao serviço, e ao seu **PATRIOTISMO**, que foi crescendo à medida que aumentava o movimento

pela emancipação, do qual sem ter planejado passou a fazer parte. Digna de nota também é a **DECISÃO** tomada no evento da dissolução da Assembleia, com os mesmos princípios de correção e atitude que o levaram a solicitar inquérito a bordo de seu próprio navio, evento que também acentua a **DISCIPLINA**, um pilar do militarismo. Não lhe impediu o receio de sanções, pois o dever comum falou mais alto. Observa-se **ABNEGAÇÃO** quando declinou do governo do Pará. Em cada ação, com desprendimento e altruísmo, mostrou devotamento pela grandeza da profissão, com paixão, fé, entusiasmo e vibração, mantendo luzente a chama do **FOGO SAGRADO**, verdadeira alma da Marinha!

As lições aprendidas com Luiz da Cunha Moreira são atemporais. Os exemplos de seus valores e ações foram bem-vindos nos idos da Marinha a vela e o são também nos anos da Marinha de propulsão motora e nuclear. Que seus feitos e dedicação inspirem os homens e mulheres que labutam na gloriosa Marinha do Brasil. ■

REFERÊNCIAS

- ARMITAGE, J. *História do Brasil*. v. 142. Brasília: Senado Federal, 2011.
- BARATA, M. M. C. *Notas biográficas do Almirante Luiz da Cunha Moreira*. In: Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, t. 83, v. 137, p. 69-90, 1918.
- BOITEUX, H. *Os Nossos Almirantes*. v. 1. Rio de Janeiro: IN, 1915.
- BOITEUX, L. A. *Ministros da Marinha (1808-1840)*. Rio de Janeiro: IN, 1933.
- BOITEUX, L. A. *A Marinha Imperial e outros ensaios*. Rio de Janeiro: IN, 1954.
- BRASIL. Marinha do Brasil. Diretoria de Ensino da Marinha. *Introdução à História Marítima Brasileira*. Rio de Janeiro: SDM, 2006.
- GUEDES, M. J. Bicentenário do Almirante Luiz da Cunha Moreira. *Navigator*. Rio de Janeiro: DPHDM, n. 13, p. 3-6, jun.1976 - dez.1977.
- HONORATO, H. G. *Breve reflexão sobre os valores da rosa das virtudes e a sociedade contemporânea*. In: BRASIL. Marinha do Brasil. RMB, v. 134, n.01/03. Rio de Janeiro: DPHDM. Ano LXVI, n.7/8/9, jan./mar.2014, p.169-177.
- MAIA, J. P. *A Marinha de Guerra do Brasil na Colônia e no Império: tentativa de reconstituição histórica*. 2.ed. Rio de Janeiro: Cátedra, 1975.
- VALE, B. *A criação da Marinha Imperial*. In: História Naval Brasileira. v.3, T1. Rio de Janeiro: SDM, 2002.

* Capitão de Fragata (RM1-T)